

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO:

**1.1** Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas tipo marmitex, com peso líquido mínimo de 800g (oitocentas gramas) por unidade, compostas por arroz, feijão, carne, macarrão e verdura, devidamente acondicionadas em embalagem térmica descartável. A porção de carne deverá ter no mínimo 150g por unidade, com variação diária entre carne bovina, suína e de frango.

ITEM	QTDE	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO
01	7500	UN	Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas tipo marmitex, com peso líquido mínimo de 800g (oitocentas gramas) por unidade, compostas por arroz, feijão, carne, macarrão e verdura, devidamente acondicionadas em embalagem térmica descartável. A porção de carne deverá ter no mínimo 150g por unidade, com variação diária entre carne bovina, suína e de frango.

**1.2** Vigência do Contrato - Nos termos do parágrafo único do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, o prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela Administração e autorizado pela autoridade competente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

**1.3** Quantidades Estimadas - As quantidades previstas neste Termo de Referência foram definidas com base no histórico de fornecimento do Contrato n.º 3199/2023, cujo resultado atendeu às expectativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Considerando que a meta de atendimento para o exercício de 2024 permanece a mesma, adota-se como parâmetro o quantitativo já praticado. A cópia do referido contrato encontra-se anexada aos autos para fins de instrução e comprovação.

**1.4** Ordem de Fornecimento - As ordens de fornecimento serão emitidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e conterão, obrigatoriamente, a quantidade a ser fornecida, a localização de entrega e o prazo de execução, consoante as definições deste Termo de Referência.

**1.5** Caracterização do Objeto - O objeto desta contratação é classificado como bem/serviço comum, por apresentar padrões de desempenho e qualidade

objetivamente definidos em especificações usuais de mercado, o que autoriza a utilização da modalidade pregão, em atendimento aos princípios da eficiência, competitividade e economicidade.

**1.6** Prazo de Entrega - O prazo máximo para entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após a formalização da solicitação.

**1.7** Local de Entrega - As entregas deverão ser realizadas conforme solicitação acordada com o coordenador responsável, sendo o ponto de recebimento os endereços, Avenida 09, n.º 475, Centro, Avenida 15, n.º 720, Centro, Rua Austen Drummond dos Santos, n.º 160, Bairro Independência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social necessita da presente contratação para assegurar o fornecimento regular e contínuo de refeições prontas tipo marmitex, destinadas à Casa de Passagem, equipamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, responsável pelo acolhimento temporário de pessoas em situação de rua e migrantes. Trata-se de demanda de caráter permanente, que se repete ao longo de todo o exercício, vinculada ao dever do Município de garantir a proteção integral e o atendimento às necessidades humanas básicas, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei n.º 8.742/1993).

**2.2** A alimentação adequada constitui elemento essencial para a efetividade das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma vez que assegura dignidade, reduz vulnerabilidades e fortalece os vínculos sociais das pessoas atendidas. Assim, a contratação proposta desempenha papel fundamental na promoção do bem-estar, na redução das desigualdades sociais e na garantia dos direitos humanos, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009).

**2.3** O fornecimento de refeições prontas contribui diretamente para:

**2.3.1** Proteção social: garantir acolhimento adequado às pessoas em situação de rua e migrantes, mediante atendimento humanizado e provisão de alimentação digna.

**2.3.2** Promoção da equidade: reduzir desigualdades sociais, assegurando acesso a um direito fundamental, especialmente àqueles em maior situação de vulnerabilidade.

**2.3.3** Fortalecimento de vínculos: apoiar o processo de reinserção social, reforçando a solidariedade comunitária e a coesão social.

**2.3.4** Prevenção de agravos sociais: evitar situações de agravamento da vulnerabilidade, como desnutrição, doenças associadas à má alimentação e exclusão social.

**2.3.5** Promoção da autonomia: contribuir, de forma indireta, para que os

usuários tenham condições de buscar acesso a outros direitos e serviços, fortalecendo a rede de proteção socioassistencial.

**2.4** Considerando o caráter contínuo do serviço e a variabilidade da demanda diária de acolhimento, é imprescindível a contratação de empresa especializada, que compreenda as necessidades específicas da Casa de Passagem e seja capaz de garantir fornecimento ágil, seguro e de qualidade.

**2.5** Ademais, por se tratar de serviço de alta relevância social, a execução da contratação é frequentemente acompanhada por órgãos de controle municipais, estaduais e federais, o que exige elevado padrão de qualidade, transparência e profissionalismo, contribuindo também para a boa imagem institucional da municipalidade.

**2.6** A contratação permitirá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

- a)** Garantir a qualidade no fornecimento das refeições destinadas à Casa de Passagem;
- b)** Otimizar os recursos públicos, obtendo a melhor relação custo-benefício;
- c)** Gerir adequadamente os riscos relacionados à organização e logística da entrega;
- d)** Promover maior efetividade da rede de proteção social do município;
- e)** Cumprir o calendário e a continuidade dos serviços pactuados no âmbito do SUAS, em alinhamento com os entes estadual e federal;
- f)** Observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1** A solução indicada nesta contratação, conforme análise exposta no item 6 do presente Estudo Técnico Preliminar, é resultado de avaliação minuciosa que demonstrou que somente a aquisição de refeições prontas tipo marmitex, junto a empresa especializada, atende integralmente às necessidades da futura contratação.

**3.2** Ressalte-se que direcionar esforços para avaliar soluções que não contemplam os requisitos da Administração se revelaria inócuo, motivo pelo qual a pesquisa concentrou-se em fornecedores regionais e especializados, cujos preços foram comparados com parâmetros de mercado e demais fontes oficiais de consulta, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, estando os registros consolidados na planilha de pesquisa de preços anexada aos autos.

**3.3** A solução escolhida é a que melhor atende aos requisitos previamente definidos e, ao mesmo tempo, estimula a competitividade do certame, observando os princípios da economicidade, eficácia e eficiência. A adoção de alternativas como a aquisição de equipamentos e estrutura própria para

produção interna implicaria altos custos de manutenção, contratação de pessoal especializado e investimentos incompatíveis com a realidade orçamentária municipal, impactando negativamente a gestão.

**3.4** A contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, ao garantir qualidade nutricional e sanitária, reduzir custos operacionais, otimizar a logística de distribuição e assegurar a regularidade no atendimento da Casa de Passagem, em conformidade com os princípios da eficiência administrativa e da continuidade do serviço público.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** A CONTRATADA deverá prestar os serviços de fornecimento de refeições prontas tipo marmitex, em rigorosa observância às prescrições e exigências contidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório.

**4.2** Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas, e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se a CONTRATADA a direcionar todos os recursos humanos, materiais e logísticos necessários à execução contratual, de forma plena, contínua e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE.

**4.3** Executar o fornecimento em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, bem como de acordo com a proposta apresentada.

**4.4** Cumprir rigorosamente os aspectos qualitativos e quantitativos previstos em lei e no contrato, mantendo durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

**4.5** Observar e cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais aplicáveis, incluindo normas sanitárias e de vigilância de alimentos.

**4.6** Verificou-se que o fornecimento deve atender a critérios técnicos mínimos, dentre os quais:

- a) regularidade sanitária e fiscal do estabelecimento, com alvará sanitário vigente, CNPJ ativo, licenças aplicáveis e comprovação de adoção de Boas Práticas de Manipulação;
- b) indicação de responsável técnico habilitado, preferencialmente nutricionista, e existência de Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs);
- c) rastreabilidade dos alimentos, com etiquetagem contendo data e hora de produção, identificação do lote, relação de ingredientes e informação sobre possíveis alergênicos;
- d) controle de temperaturas no preparo, conservação e transporte, com registros que evidenciem a manutenção da cadeia térmica adequada para alimentos

quentes e frios;

e) condições adequadas de higiene das instalações, dos manipuladores e dos equipamentos, com comprovação de capacitação periódica dos manipuladores de alimentos.

**4.7** Providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção imediata de refeições que apresentem vícios, defeitos, inconformidades ou estejam em desacordo com as especificações técnicas, no prazo assinalado pelo CONTRATANTE.

**4.8** Assumir integralmente todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e demais obrigações acessórias.

**4.9** Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, não sendo excluída ou reduzida tal responsabilidade pela existência de fiscalização do CONTRATANTE.

**4.10** Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE por quaisquer prejuízos decorrentes de dolo, culpa ou omissão, ainda que na ausência de fiscalização direta, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**4.11** Submeter-se integralmente à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todas as informações solicitadas e atendendo às determinações das autoridades competentes.

**4.12** Garantir suporte técnico desde o início da execução contratual, abrangendo todas as etapas de fornecimento.

**4.13** Efetuar as entregas nos endereços indicados pelas equipes técnicas da CONTRATANTE, conforme cronograma e ordens de fornecimento.

**4.14** A análise técnica indica a necessidade de entregas fracionadas conforme a demanda diária das unidades, alinhadas às janelas de funcionamento do serviço, com possibilidade de ajuste de quantitativos em razão da variação do número de acolhidos. Essa sistemática reduz desperdícios, assegura maior frescor das refeições e melhora o controle de qualidade a cada entrega.

**4.15** O transporte das refeições deverá ser realizado em recipientes térmicos hermeticamente fechados ("hot box", "iso box" ou equivalentes), de acordo com as exigências da vigilância sanitária, preservando as condições higiênico-sanitárias, a temperatura e a conservação dos alimentos.

**4.16** Quanto à logística de transporte e às condições de acondicionamento, as refeições deverão ser entregues em embalagens atóxicas, térmicas, seladas e invioláveis, acondicionadas em caixas isotérmicas ou equipamentos equivalentes que preservem a temperatura até o ato do recebimento. Os veículos utilizados para o transporte deverão estar higienizados e, no momento da entrega, destinados exclusivamente ao transporte de alimentos, de modo a evitar contaminação cruzada. Recomenda-se a adoção de ponto de conferência no recebimento para verificação da integridade das embalagens e registro das



temperaturas.

**4.17** Manter amostras de cada preparação em recipientes determinados pela legislação sanitária, devidamente identificados, pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas após o preparo.

**4.18** Garantir o porcionamento uniforme das refeições, observando a porção mínima de 800g por marmitex, sendo 150g de carne, variando entre bovina, suína e de frango, além de arroz, feijão, macarrão e verdura, conforme especificações do Termo de Referência.

**4.19** A contratação deverá contemplar critérios objetivos de avaliação no recebimento das refeições, incluindo checklist de aceitação quanto à aparência, odor, integridade do lacre e rotulagem, medições de temperatura por amostragem, registro de ocorrências e emissão de relatórios pela fiscalização em caso de não conformidades, com previsão de glosa, substituição ou recusa do produto quando constatado descumprimento das especificações. Tais medidas asseguram que o fornecimento atenda aos padrões exigidos pela Administração, preservando a qualidade nutricional e sanitária e a continuidade do serviço de forma permanente.

**4.20** Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

**4.21** Não haverá exigência de garantia de execução contratual, conforme previsão expressa no Termo de Referência.

**4.22** Será aplicado, no que couber, o Decreto Municipal n.º 10.627/2023, quanto à limitação de raio em km para participação dos licitantes, nos termos definidos no Edital.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1 – Condições de execução**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Edital e da legislação aplicável:

**5.2** Após a assinatura do contrato, será promovida reunião de alinhamento entre o órgão gerenciador do contrato e a CONTRATADA, com a finalidade de nivelar entendimentos quanto às condições estabelecidas, esclarecer eventuais dúvidas e definir fluxos operacionais para assegurar a plena execução do fornecimento das refeições.

**5.3** A CONTRATADA deverá apresentar, por meio de ato formal, o preposto da empresa, contendo no mínimo o nome completo e CPF do funcionário designado, que atuará como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE. Caberá a esse preposto acompanhar a execução do objeto, receber e encaminhar diligências, prestar informações e responder por todas as questões de natureza técnica, administrativa e legal relacionadas ao contrato.

**5.4** A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido ensejará a aplicação das

penalidades cabíveis, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos demais classificados para assinatura do contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência e com as disposições da Lei n.º 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** As comunicações entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a CONTRATADA deverão ser formalizadas por escrito sempre que a legislação ou o ato administrativo assim o exigir, admitindo-se, quando pertinente, a utilização de meio eletrônico oficial para esse fim.

**6.3** A Administração poderá convocar a CONTRATADA, por intermédio de seu preposto formalmente designado, para a adoção de providências que se mostrem necessárias e que deverão ser cumpridas de imediato, a fim de assegurar a continuidade e regularidade do fornecimento das refeições.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores designados nos termos do Decreto Municipal n.º 10.745/2023, em conformidade com o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, sendo indicados:

- Gestora do Contrato: Daiane Aparecida Cintra, matrícula nº 1280 – Diretora da Proteção Social Especial;
- Fiscal do Contrato: Thiago Oliveira Silva, matrícula nº 3566 – Chefe do Setor de Programas e Projetos Sociais.

**6.5** O fiscal do contrato deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, mantendo registro escrito e detalhado de todas as ocorrências, indicando as providências necessárias para sanar falhas ou defeitos eventualmente constatados, comunicando tais fatos à autoridade competente para as medidas cabíveis.

**6.6** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, inclusive perante terceiros, tampouco implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes por eventuais irregularidades, nos termos do art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7 – Pagamento**

**7.1** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura eletrônica, devidamente conferida e atestada pelo fiscal do contrato e pelo gestor designado, desde que acompanhada da documentação comprobatória de regularidade fiscal e

trabalhista da CONTRATADA, em validade, a saber:

**I.** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 358/2014, com alterações da Portaria MF n.º 443/2014;

**II.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da proponente;

**III.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da proponente;

**IV.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**V.** Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas.

**7.2** O pagamento das refeições fornecidas dependerá da verificação e aceitação da entrega, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e anuída pelo gestor responsável, mediante apresentação de documentos comprobatórios, incluindo registro fotográfico quando couber, de modo a confirmar a execução do objeto conforme as especificações contratuais.

**7.3** Fica vedado o pagamento antecipado, em qualquer hipótese.

**7.4** Os preços contratados permanecerão fixos e invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, não sendo admitido reajuste, salvo disposição em contrário oriunda de legislação federal superveniente.

**7.5** A revisão dos preços somente será admitida em caso de comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro, devidamente demonstrado em planilha de custos atualizada, acompanhado de pesquisa de mercado idônea e aprovado pela Administração, em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

**7.6** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS ensejará a retenção e o pagamento em juízo dos valores devidos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas em lei e neste contrato.

## **8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.1** Será realizado processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, destinado à futura contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas tipo marmitex, destinadas ao custeio e manutenção da Casa de Passagem, unidade vinculada à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, em conformidade com as especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.1.2** A seleção da proposta vencedora será realizada pelo critério de menor preço por item ou global, conforme definido no edital, garantindo ampla competitividade e observância aos princípios da economicidade e eficiência.

**8.1.3** Para fins de habilitação, será exigida a comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por



pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Quando emitido por ente privado, o atestado deverá ser apresentado com firma reconhecida de quem o subscreveu.

**8.1.4** O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário Municipal ou Estadual, expedido pela Vigilância Sanitária competente da sua sede, em validade, comprovando que atende às normas de higiene, saúde e segurança alimentar, requisito indispensável para o fornecimento das refeições.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, configuram infrações administrativas cometidas pelo contratado, dentre outras:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial que provoque grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial).

**9.2** Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções, de forma isolada ou cumulativa, observados a gravidade da conduta, o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência, quando houver inexecução parcial do contrato que não justifique penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021);

II – Impedimento de licitar e contratar com a Administração, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais severa (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 9.1, ou ainda nos casos das alíneas “b”, “c” e “d”, quando a gravidade justificar penalidade mais rigorosa (art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021);

IV – Multa administrativa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções, cabível em qualquer hipótese de infração contratual, calculada na forma estabelecida no edital e no contrato, devendo sempre observar a proporcionalidade do dano e da conduta (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021).

**9.3** A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Termo de Referência não afasta, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1** A CONTRATANTE observará, em todas as etapas do processo, os atos regulamentares da Lei n.º 14.133/2021, desde o planejamento (incluindo o Estudo Técnico Preliminar), até a execução, gestão e fiscalização do contrato, assegurando eficiência, eficácia e análise dos resultados alcançados.

**10.2** Expedir as ordens de fornecimento, acompanhadas da respectiva nota de empenho.

**10.3** Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, sempre que necessários à fiel execução do objeto.

**10.4** Receber as refeições no local designado (Casa de Passagem ou Almoxarifado Central), em dia e horário previamente agendados, mediante conferência e atesto do fiscal do contrato ou responsável pelo recebimento.

**10.5** Solicitar, por intermédio do fiscal do contrato, o reparo, correção, substituição ou descarte de refeições fornecidas em desconformidade com as especificações, vícios ou defeitos, fixando prazo adequado para saneamento.

**10.6** Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA ao local de entrega, impedindo a atuação de terceiros estranhos ao contrato, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no edital e no contrato.

**10.7** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, diretamente ou por meio de servidor designado, anotando em registro próprio todas as ocorrências, com data, identificação e descrição, encaminhando-as à autoridade competente para providências cabíveis.

**10.8** Efetuar o pagamento devido no prazo contratual, condicionado ao cumprimento integral das obrigações assumidas e à verificação da conformidade do fornecimento.

**10.9** Exigir o cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas e legislação aplicável.

**10.10** Indicar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato, assegurando-lhes apoio institucional, inclusive junto ao órgão de assessoramento jurídico e ao controle interno.

**10.11** Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, por meio do Gestor ou Fiscal do Contrato designados.

**10.12** Realizar diligências, quando necessárias, junto ao licitante melhor classificado, para comprovar atendimento às especificações técnicas, inclusive quanto à conformidade dos bens ofertados.

**10.13** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou imperfeições verificadas no fornecimento, fixando prazo para

correção, reparo ou substituição, certificando-se de que as soluções apresentadas sejam as mais adequadas.

**10.14** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, observando a ampla defesa e o contraditório, comunicando ao órgão gerenciador, quando aplicável, em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1** São de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, além da produção e fornecimento das refeições contratadas, em conformidade com o Edital, Termo de Referência e demais documentos vinculados, as seguintes obrigações:

**11.1.1** Executar o fornecimento das refeições prontas, objeto deste contrato, em estrita observância às especificações técnicas e quantitativas, às normas sanitárias e de vigilância de alimentos, bem como a todas as legislações aplicáveis.

**11.1.2** Responsabilizar-se integralmente por multas, penalidades ou despesas decorrentes de infrações legais, regulatórias ou sanitárias relacionadas à execução do contrato, sem que tais encargos possam ser atribuídos à CONTRATANTE.

**11.1.3** Responder por todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e quaisquer outras obrigações decorrentes de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, inexistindo qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

**11.1.4** Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação apresentadas na fase de licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a execução do objeto.

**11.1.5** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados e prepostos, das normas disciplinares e de conduta exigidas pela Administração, especialmente quanto ao respeito às normas de segurança alimentar e de higiene.

**11.1.6** Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou prepostos, durante a execução contratual.

**11.1.7** Relatar imediatamente ao Fiscal do Contrato toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento das refeições, inclusive de ordem funcional, cujo saneamento dependa de autorização ou providência da CONTRATANTE, especialmente quando representar risco ao patrimônio público ou ao atendimento aos usuários da Casa de Passagem.

## **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** O custo estimado total da presente contratação é de R\$186.675,00, conforme especificações constantes do item 1 deste Termo de Referência, apurado a partir de pesquisa de mercado idônea.

**12.2** O custo estimado unitário das refeições que compõem a contratação encontra-se detalhado na Certidão de Pesquisa de Preços, elaborada nos termos do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021 e da Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município n.º 001/2023, documento que integra este processo como (anexo) (o) indispensável para fins de comprovação da vantajosidade da contratação.

## **13 DO REAJUSTE**

**13.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

**13.2** Após decorrido esse período, poderá ser admitido o reajuste contratual, com base na aplicação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro que substitua-o, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do § 3º do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

## **14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

### **14.1 – Priorização de fornecedores locais**

Sempre que possível e em conformidade com os princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação previstos na Lei nº 14.133/2021, deverá ser priorizada a contratação de fornecedores locais ou regionais, de forma a fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade, promover a geração de emprego e renda no município, facilitar a logística de entrega e reduzir os impactos ambientais decorrentes do transporte de mercadorias oriundas de localidades mais distantes.

### **14.2 – Sustentabilidade e alimentação saudável**

Os alimentos fornecidos deverão, sempre que tecnicamente viável, atender a critérios de **sustentabilidade** e de **promoção da alimentação saudável**, priorizando:

- a) produtos com menor utilização de conservantes artificiais;
- b) alimentos de origem **agroecológica, orgânica ou provenientes da agricultura familiar/local**;
- c) embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental;
- d) práticas que contribuam para a redução do desperdício e incentivem a gestão sustentável na aquisição e no consumo de alimentos no âmbito da **Casa de Passagem**.

## **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1** As despesas decorrentes da contratação correrão conforme dotação orçamentária:

01.11.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

01.11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0003.2.029 PISO MINEIRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PMAS

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

1.661.000.0000 - TRANSF REC DO FUNDO EST DE ASSIST SOCIAL

Valor: R\$ 186.675,00

Ituiutaba–MG, 09 de fevereiro de 2025.

---

**MANUELA GUEDES VIANA**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social